

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA SEGUNDO OS CENSOS DE 2000 E 2010

CONFIGURACIÓN ESPACIAL DE LA INMIGRACIÓN INTERNACIONAL PARA LA AMAZONÍA BRASILEÑA SEGÚN LOS CENSOS DE 2000 Y 2010

SPATIAL CONFIGURATION OF INTERNATIONAL IMMIGRATION TO THE BRAZILIAN AMAZON ACCORDING TO THE 2000 AND 2010 CENSUS

Por JONATHA RODRIGO DE OLIVEIRA LIRA¹

Resumo

Trabalho referente à configuração espacial da imigração internacional na Amazônia brasileira no último período intercensitário (2000-2010). Pretende-se mapear os municípios de residência dos estrangeiros provenientes de outros países amazônicos a fim de contribuir no entendimento sobre a natureza de tal fluxo. Para isso será utilizado dados dos dois últimos censos demográficos brasileiros sobre os municípios de residência dos estrangeiros naturais e procedentes de outros países amazônicos na Amazônia brasileira. No último período intercensitário brasileiro (2000 – 2010) a imigração internacional para a Amazônia brasileira mostrou ter se intensificado pois 40% de todo o fluxo migratório é proveniente de países amazônicos, ou seja, a presença estrangeira na região que no início do século 20 tinha destaque os imigrantes oriundo de países europeus, Japão e EUA, hoje, no início do século 21 é a presença de estrangeiros oriundos dos países vizinhos o maior destaque. De forma geral pode-se dizer que essas modificações decorrentes de novos padrões de fluxos imigratórios se apresentam com diferentes padrões de distribuição da população migrante sendo fruto de uma intensificação dos movimentos migratórios curtos de acordo com o último período intercensitário (2000 – 2010) e também reflexo do processo histórico de ocupação e urbanização da Amazônia brasileira que pode ser explicado pelas diferenças socioeconômicas dos países amazônicos e a porosidade da fronteira.

¹ Doutor em Demografia – Universidade Estadual de Campinas. Professor de Geografia na Universidade Estadual do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá. E-mail: rodriggao@hotmail.com

Palavras-chave: Amazônia Brasileira; Censo Demográfico Brasileiro; Configuração Espacial; Imigração Internacional.

Resumen

Trabajo referente a la configuración espacial de la inmigración internacional en la Amazonía brasileña en el último período intercensitario (2000-2010). Se pretende mapear los municipios de residencia de los extranjeros provenientes de otros países amazónicos a fin de contribuir a entender mejor la naturaleza de tal flujo. Para ello se utilizaron datos de los dos últimos censos demográficos brasileños sobre los municipios de residencia de los extranjeros naturales y procedentes de otros países amazónicos en la Amazonía brasileña. En el último período intercensitario brasileño, la inmigración internacional en la Amazonía brasileña mostró haberse intensificado pues el 40% de todo el flujo migratorio procede de países amazónicos, o sea, la presencia extranjera en la región que a principios del siglo XX era principalmente de inmigrantes oriundos de países europeos, Japón y EEUU, hoy, a principios del siglo XXI, es la presencia de extranjeros procedentes de los países vecinos lo que más destaca. En general, se puede decir que estas modificaciones derivadas de nuevos patrones de flujos inmigratorios se presentan con diferentes modelos de distribución de la población migrante, fruto de una intensificación de los movimientos migratorios cortos de acuerdo con el último período intercensitario y también es reflejo del proceso histórico de ocupación y urbanización de la Amazonía brasileña que puede ser explicado por las diferencias socioeconómicas de los países amazónicos y la porosidad de la frontera.

Palabras clave: Amazonía brasileña. Censo Demográfico Brasileño. Configuración espacial. Inmigración internacional.

INTRODUÇÃO

Analisar a migração internacional na Amazônia brasileira, atualmente, significa primeiramente discutir sobre quê Amazônia estamos nos referindo, pois ainda não há um consenso quanto aos limites regionais além das possibilidades de recortes como no caso deste trabalho que visa analisar apenas a Amazônia brasileira.

Outro fator importante para a discussão é quê base de dados podemos utilizar. E para o caso em questão, os censos demográficos brasileiros nos permitem algumas possibilidades analíticas como a configuração espacial dos diferentes grupos de imigrantes que residem na região.

Não faz parte do escopo deste trabalho discutir sobre os impactos da migração internacional na composição e no tamanho da população aonde estes grupos se concentram, porém a distribuição espacial destes imigrantes comparado entre os dois últimos censos demográficos brasileiros é uma informação relevante e precisa ser considerada.

Isto porque a análise da configuração espacial da migração internacional na Amazônia brasileira pode

nos trazer subsídios importantes no sentido de buscar propostas e soluções para o avanço da região, de sua integração.

AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS: DIFERENTES DEFINIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Entender a Amazônia pode ser muito mais complexo do que imaginamos. Para começar, ainda não existe consenso sobre seus limites geográficos e sua representação é amplamente discutida. Independente do recorte regional utilizado, a floresta é geralmente considerada a representação por excelência da região, o que levou muitos a pensar num espaço desabitado, desumanizado, enfatizando os problemas ambientais e “invisibilizando” sérios problemas sociais e humanos existentes na região. Desde os primeiros relatos de viajantes no século XVI, argumenta Steinbrenner (2009).

[...] a representação do espaço amazônico é cunhada pela noção do *exotismo*, revertido recorrentemente em *estranhamento* ou *encantamento* diante da “terra incógnita” – esta, entendida, repetidamente, como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos, no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas dos anos 70, ou globais, diante das noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária, na atualidade. Seja como for, a floresta surge como atributo máximo de classificação da Amazônia, o que por si só reforça, em paralelo, a idéia de *desumanização* do espaço, traduzida, por exemplo, na noção emblemática do “vazio demográfico”. (STEINBRENNER, 2009, p. 19).

Existem diversas definições da Amazônia, gerando discordâncias sobre a forma de se regionalizar este espaço. Vários têm sido os critérios utilizados para definir a Amazônia, tanto pela academia como por órgãos governamentais. Em nível nacional pode-se citar, por exemplo, a definição da Amazônia Legal criada pela Lei 1.806/1953 quando da criação da extinta SPVEA² (hoje SUDAM³) e a Região Norte do IBGE⁴. As duas se referem à Amazônia, mas definida de forma diferenciada o que implica em gestão de espaços também diferentes e a disponibilidade de dados sobre cada uma dessas regiões é também diferente.

Em nível internacional tampouco há consenso sobre a delimitação do espaço amazônico. A região é definida conforme diversos critérios, dificultando o planejamento integrado dessas diferentes “Amazônias”.

Segundo Oliveira (2009):

Definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região é uma das tarefas mais árduas da Geografia. Pode-se utilizar desde os métodos mais tradicionais até os métodos de análise quantitativa,

² Superintendência de Planejamento e Valorização Econômica da Amazônica.

³ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

passando pelos métodos históricos, sociológicos, etc.; definir, conceituar, delimitar, caracterizar uma região com objetivos de nela atuar de modo a reduzir suas desigualdades internas é tarefa mais árdua ainda. (OLIVEIRA, 2009. p. 45).

E para o caso da Amazônia o autor agrega:

Pela sua posição continental e excepcional amplitude, essa grande bacia interessa diretamente a vários países, entre os quais se repartem de maneira muito desigual, de modo que teremos, com consideráveis desproporções entre si, tantas 'Amazônias' quantas forem as frações correspondentes a cada uma delas. Há desse modo uma Amazônia brasileira, uma Amazônia boliviana, uma Amazônia peruana, etc., como há também, de acordo com essa relação ou filiação hidrográfica, países amazônicos e não amazônicos, sem que isso importe ou se revista um sentido formalmente político (OLIVEIRA, 2009. p. 49).

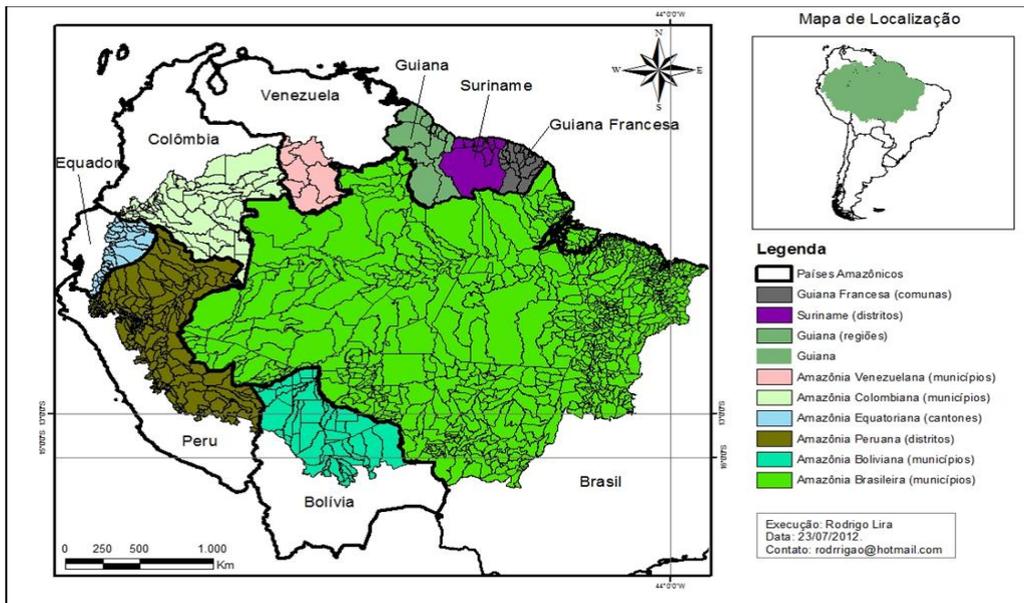
Nesse sentido, conforme Aragón (2005) é necessário criar uma concepção unificada da Amazônia com o intuito de entender a realidade dessa região marcada por fragmentações em porções nacionais a fim de formular e implementar políticas públicas que afetam a região como um todo, como a questão da água, do transporte, da preservação ambiental, do desmatamento, dos serviços ambientais, do controle da biopirataria entre outros.

Uma definição geográfica precisa da Amazônia implicaria em ações governamentais mais abrangentes tanto no mapeamento de zonas ecológicas como na identificação de vocações econômicas atreladas a um inventário dos recursos naturais presentes na região. Segundo Aragón e Oliveira (2009, p. 14) "na Amazônia há espacialidades que não coincidem com o inventário dos objetos no espaço nem sobre seu discurso e representação."

Porém, para a implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento desta região seria necessário estimular e também desestimular hábitos e serviços como a regulação do mercado d'água e o controle do desmatamento, pois essas ações reduziram problemas ambientais que posteriormente seriam nocivos ao desenvolvimento da Amazônia colocando em risco grupos populacionais como, por exemplo, através da proliferação de epidemias. E partindo do princípio que os impactos ambientais e as doenças ultrapassam fronteiras, não se deve abdicar dos estudos de regiões próximas (ARAGÓN, 2007).

Todavia, deve-se perceber que ações ambientais concretas na região Amazônica implicam na existência de cooperação entre os países amazônicos. Porém as diferenças sociais, culturais, políticas, econômicas, etc. dificultam o trato da questão, pois as prioridades e os desafios presentes em cada país são diferentes. Nesse sentido, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) representa o mecanismo de fortalecimento da integração amazônica tendo como ideário o desenvolvimento sustentável.

Mapa 1 - A Grande Amazônia



Fonte: Aragón (2013), *Amazônia: Conhecer para desenvolver e conservar*, p. 44.

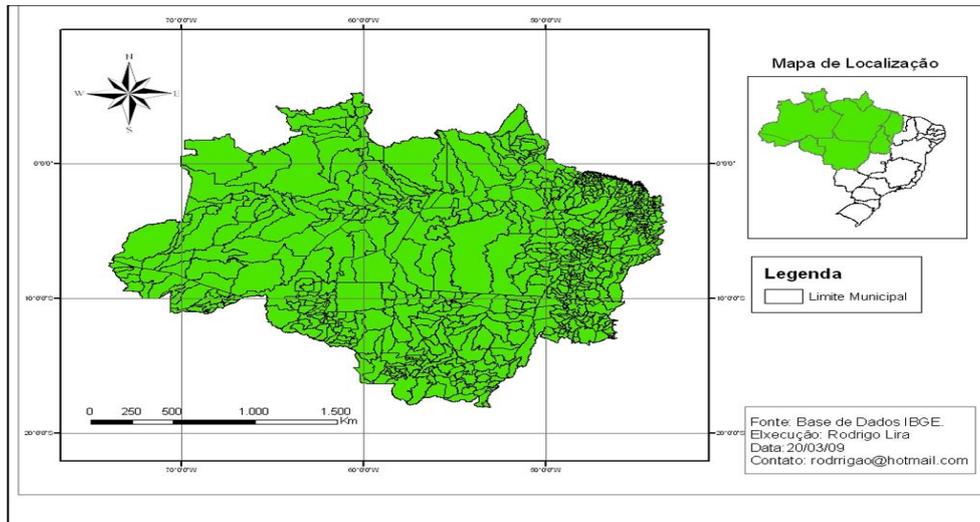
Neste trabalho, entende-se por Amazônia Internacional, ou Grande Amazônia (Mapa 1), o conjunto de territórios compreendidos pela Amazônia Legal Brasileira, pelos territórios definidos como amazônicos que fazem parte Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, conforme pesquisadores desses países e pelos territórios de Suriname, Guiana e Guiana Francesa, conforme estudos realizados pelo Grupo de pesquisa MAPAZ/NAEA (ARAGÓN, 2009; 2005). A superfície total dessa área é de 7.430.785 Km² representando mais de 54% da área total dos países amazônicos (ARAGÓN, 2005, p.15).

A Amazônia brasileira é definida de duas formas: a região norte definida pelo IBGE e a Amazônia Legal definida pela Lei 1.806/1953 utilizada pela SUDAM.

No caso da região norte definida pelo IBGE, a Amazônia é uma das cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), utilizando o agrupamento de unidades da Federação. A região Norte está integrada pelos estados de Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima, Acre e Amapá. De acordo com essa delimitação a região teria uma superfície de 3.883.355 Km².

A delimitação oficial da Amazônia Legal (Mapa 2) é composta pelos estados da região Norte, mais o estado do Mato Grosso e o estado do Maranhão, a oeste do Meridiano 44, e representa 59% da área do país (5.034.740 Km²).

Mapa 2 - Amazônia Legal Brasileira



Fonte: Base de Dados IBGE, 2000.

Contudo, chamamos atenção para o detalhamento da redefinição da Amazônia brasileira (Mapa 3) que é utilizado neste trabalho.

Mapa 3 - Detalhamento da redefinição da Amazônia Legal Brasileira



Fonte: Base de Dados IBGE, 2000.

No mapa 3 podemos identificar os municípios maranhenses que ficam a leste do meridiano 44 graus e não fazem parte da Amazônia Legal Brasileira. A intenção é identificar a porção do estado do Maranhão que não representa a região e também para esclarecer que a base de dados de migração não identifica nesta porção um número significativo de indivíduos migrantes que possam vir a afetar as análises caso não seja feito este recorte.

Este detalhamento foi apresentado por Carmo e Jakob (2009) como um meio de facilitar o processamento de dados, visto que incorpora na Amazônia Legal todo o território do Maranhão na análise da

migração internacional: “[...] para facilitar uma comparabilidade com as divisões oficiais do país, e em vista de que a adição dos 37 municípios a leste do meridiano 44 graus [...] não altera em nada as análises [...]” (CARMO; JAKOB, 2009, p-207).

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MIGRANTES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A imigração internacional para a Amazônia brasileira não é um fenômeno recente. Essa dinâmica migratória ocorre na região desde a sua formação territorial. Assim, a migração internacional é, sobretudo, um processo histórico vinculado a ocupação do território.

Neste último período intercensitário (2000-2010), foram identificadas algumas mudanças quanto aos fluxos imigratórios internacionais. Destaca-se a redução dos saldos migratórios e mudanças na origem dos principais fluxos com uma distribuição espacial seletiva destes estrangeiros na região (LIRA, 2010). Os registros dos países de origem migratória nos últimos censos demográficos brasileiros mostraram que houve mudanças na origem e também nos volumes de migrantes internacionais que historicamente já foi bastante significativa para a composição da população na Amazônia brasileira. Assim, os efeitos das mudanças de origem da migração precisam ser analisados e uma das formas de se fazer isso é com a análise da distribuição espacial dos imigrantes.

Desta forma, a distribuição espacial apresentou padrões peculiares de destino em nível municipal, pois se situava prioritariamente em áreas fronteiriças e nas capitais das unidades de federação da Amazônia brasileira conforme país de origem (país de nascimento). Outro elemento importante que é utilizado nas análises é os padrões de distribuição por país de nascimento de estrangeiros dentre os países que compõem a Grande Amazônia ou Pan-Amazônia (Tabela 1).

Tabela 1: País de nascimento de estrangeiros residentes na Amazônia brasileira dentre os países da Grande Amazônia segundo os censos demográficos brasileiros de 2000 e 2010.

PAÍSES	CENSOS	
	2000	2010
Bolívia	4.554	5.314
Peru	4.059	5.102
Colômbia	1.375	2.219
Guiana	1.486	1.795
Guiana Francesa	587	665
Venezuela	837	640
Suriname	114	222
Equador	100	31
TOTAL	13.112	15.988

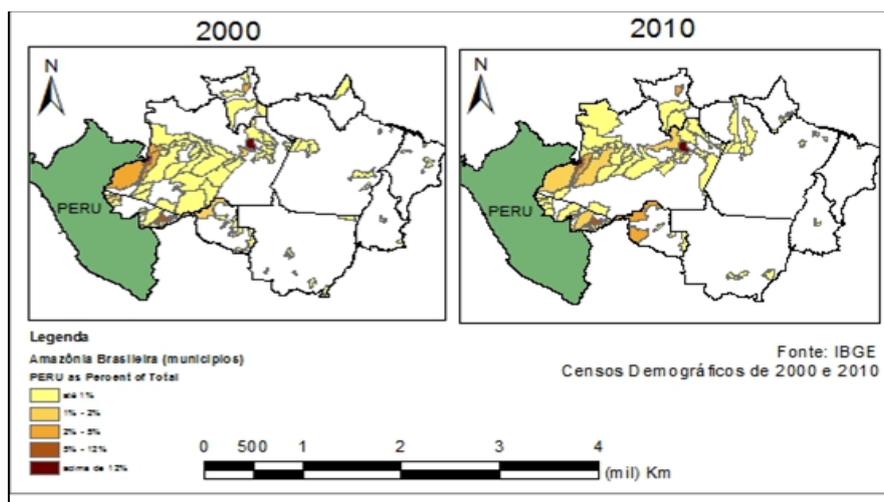
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Nota-se que em termos de volume Bolívia e Peru representam os maiores contingentes dentre o total de migrantes provenientes dos demais países amazônicos. Ressalta-se também que na comparação feita entre os dados de 2000 e 2010 apenas Venezuela e Equador possuem um número menor de indivíduos residentes na Amazônia brasileira. Cabe ainda fazer uma análise espacial da distribuição deste indivíduos para o período intercensitário.

PERU

A imigração de peruanos (Mapa 4) para a Amazônia Brasileira se concentra em três capitais amazônicas, Manaus (Amazonas), Rio Branco (Acre) e Porto Velho (Rondônia) especialmente no município de Tabatinga (Amazonas), mas também em outros municípios vizinhos da Amazônia peruana. Há presença de migrantes peruanos em todas as capitais amazônicas com exceção de São Luís (Maranhão), porém o número é muito reduzido.

Mapa 4 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos no Peru



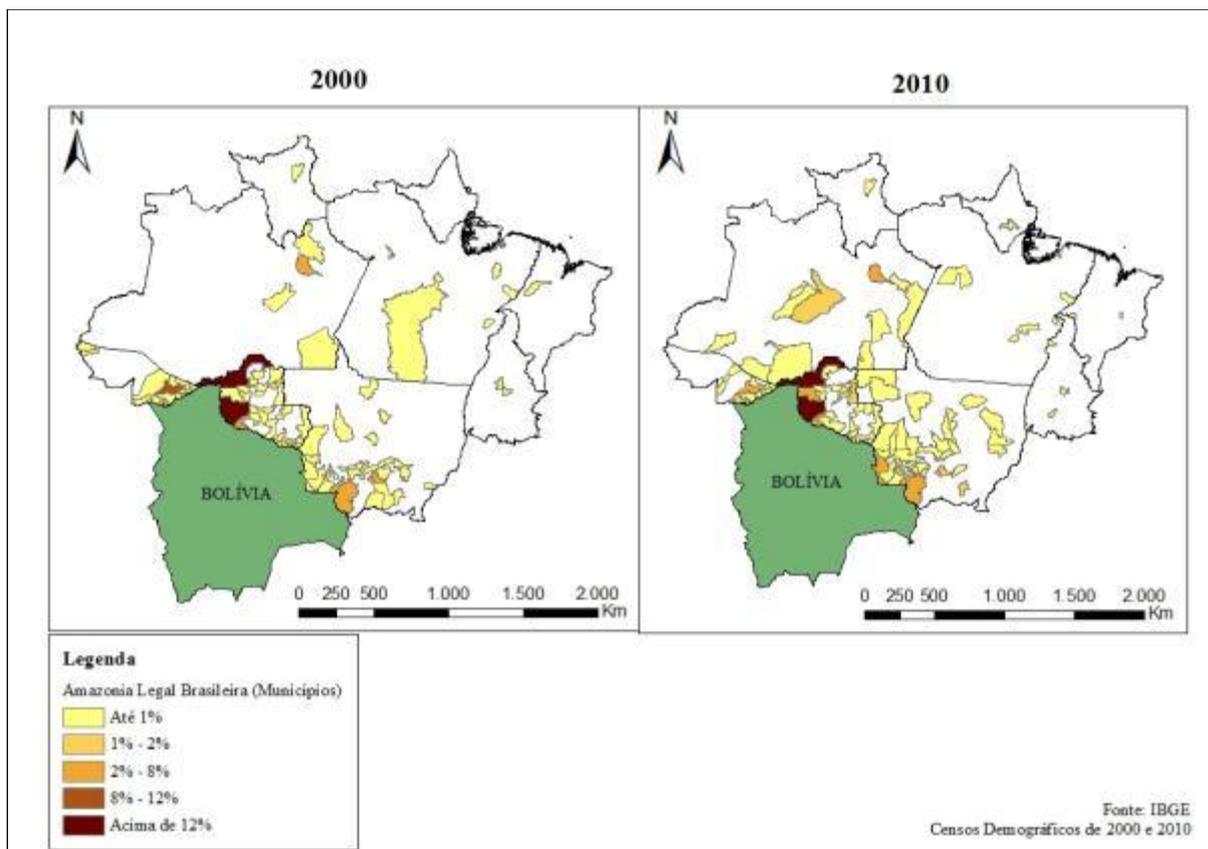
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

É interessante notar que a espacialização da imigração no estado do Amazonas se dá no curso do rio Amazonas identificando provavelmente a via de acesso destes migrantes. A distribuição espacial de peruanos em Tabatinga (AM), cidade gêmea de Letícia (Colômbia), revela a proximidade da fronteira entre outros países, no caso Brasil e Colômbia, o que indica que a população peruana deve transitar intensamente entre esses países.

BOLÍVIA

Pode-se perceber que os imigrantes bolivianos (Mapa 5) estão presentes em todas as Unidades de Federação da Amazônia Brasileira e em seis das nove capitais amazônicas, mas a sua maioria se concentra no estado de Rondônia seguido por Mato Grosso e Acre, e em nível municipal a capital rondoniense é o principal destino dos migrantes bolivianos.

Mapa 5 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Bolívia



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em aspectos gerais pode-se dizer que a migração intra-amazônica de bolivianos é principalmente fronteiriça, como se pode ver nos municípios fronteiriços de Guajará-Mirim (Rondônia, Brasil) e Guayaramerín (Beni, Bolívia) (JAKOB; CARMO, 2009; BONILLA, 2009).

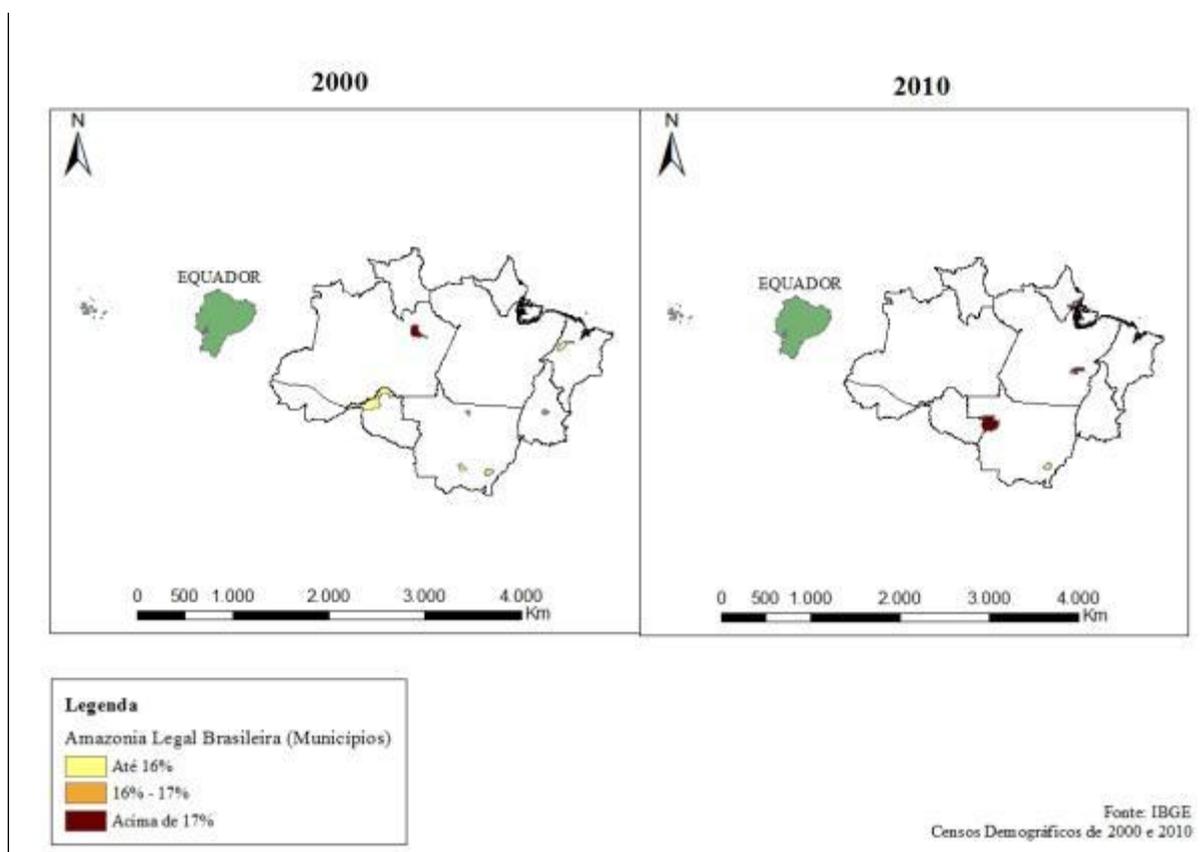
A cidade de Guajará-Mirim é um dos principais destinos dos migrantes bolivianos. Esse mesmo município representa, segundo Silva (2009), um ponto de intercâmbio entre Brasil e Bolívia caracterizado tanto pela intensidade dos fluxos comerciais quanto pelas vantagens locais, uma verdadeira conexão econômica direta em nível internacional.

A complexidade deste fenômeno, conclui o autor, vai além da mera identificação da concentração destes migrantes, devido ao intenso trânsito de pessoas em busca na grande maioria das vezes de oportunidades, de emprego e de sobrevivência (SILVA, 2009).

ECUADOR

A imigração de equatorianos (Mapa 6) para a Amazônia Brasileira apresenta o menor número em relação aos demais países amazônicos tanto para o censo demográfico de 2000 onde se localizavam nos estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, quanto para o censo demográfico de 2010 onde sua distribuição está localizada nos estados do Mato Grosso, Pará e Amapá.

Mapa 6 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos no Equador



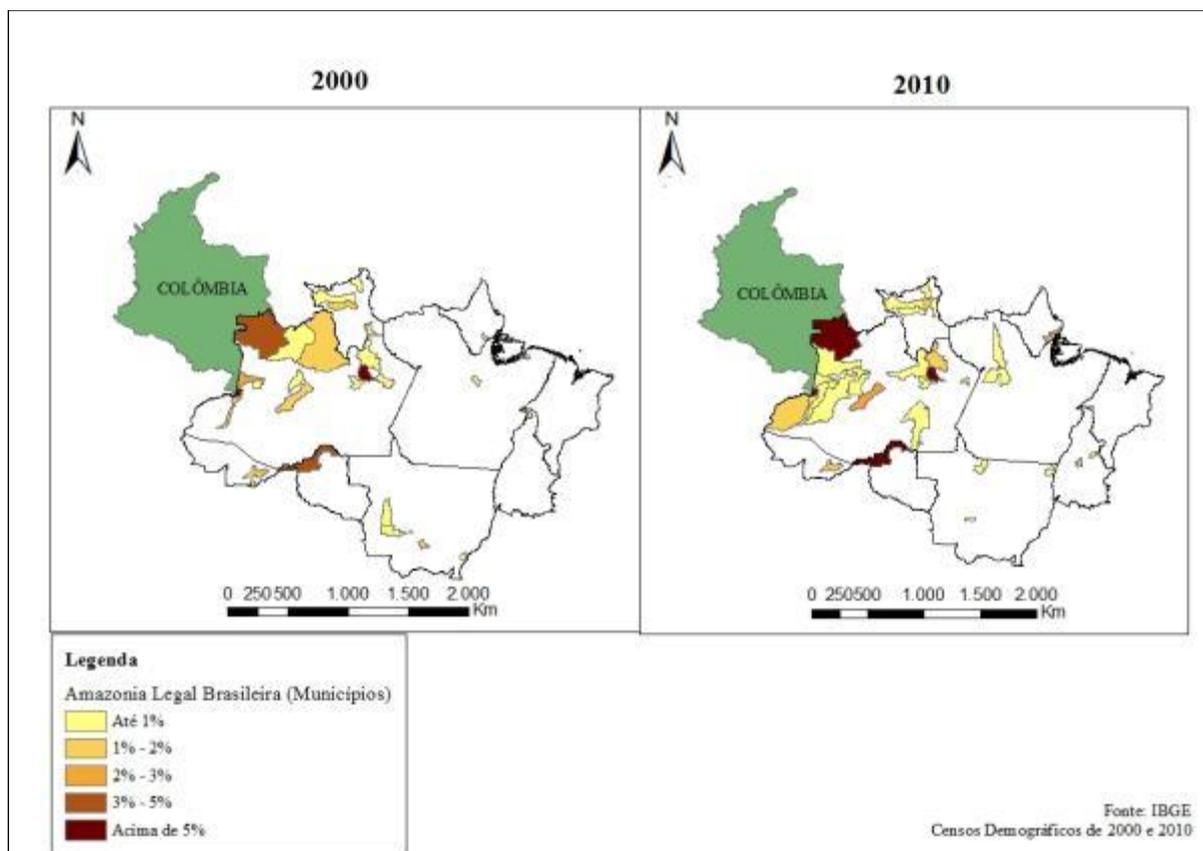
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os equatorianos encontram-se espalhados em uns poucos pontos da Amazônia brasileira, com maior concentração em Manaus. Outros estudos mostram que os equatorianos residentes na Amazônia se concentram principalmente na Amazônia colombiana (LEON, 2009; SANDINO, 2009).

COLÔMBIA

Quatro municípios se destacam na distribuição dos imigrantes colombianos (Mapa 7): Tabatinga (AM) que é cidade gêmea com a cidade colombiana de Letícia, Manaus (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Porto Velho (RO). O *desplazamiento* forçado na Colômbia seria o principal motivo da imigração colombiana (SANDINO, 2009; MONTEIRO, 2009.).

Mapa 7 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Colômbia



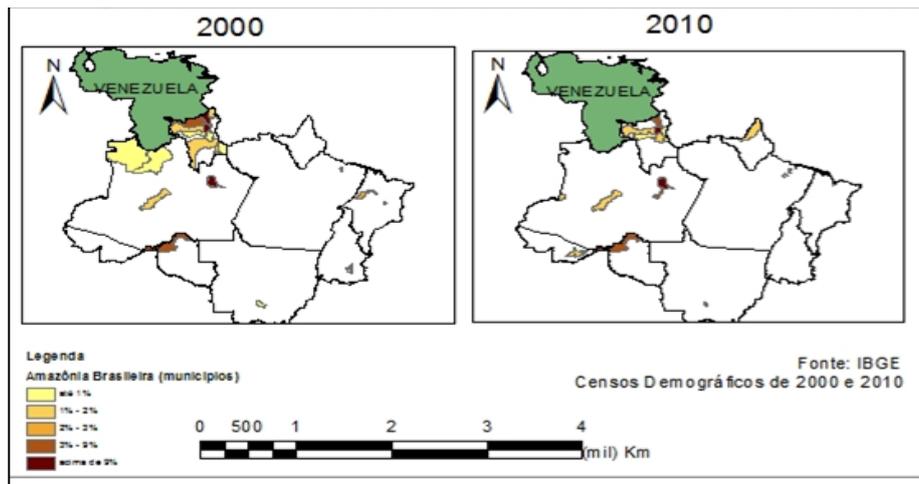
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

O mapa 7 mostra ainda a importância dos municípios ao longo da fronteira com a Colômbia assim como as capitais do Amazonas, Rondônia e Pará. Vale ressaltar a importância dos municípios ao longo do rio Amazonas nessa distribuição também.

VENEZUELA

A imigração de venezuelanos (Mapa 8) possui maior destaque no Município de Pacaraima (RR). Destacam-se também as capitais de Roraima e Amazonas, Boa Vista e Manaus, respectivamente

Mapa 8 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Venezuela



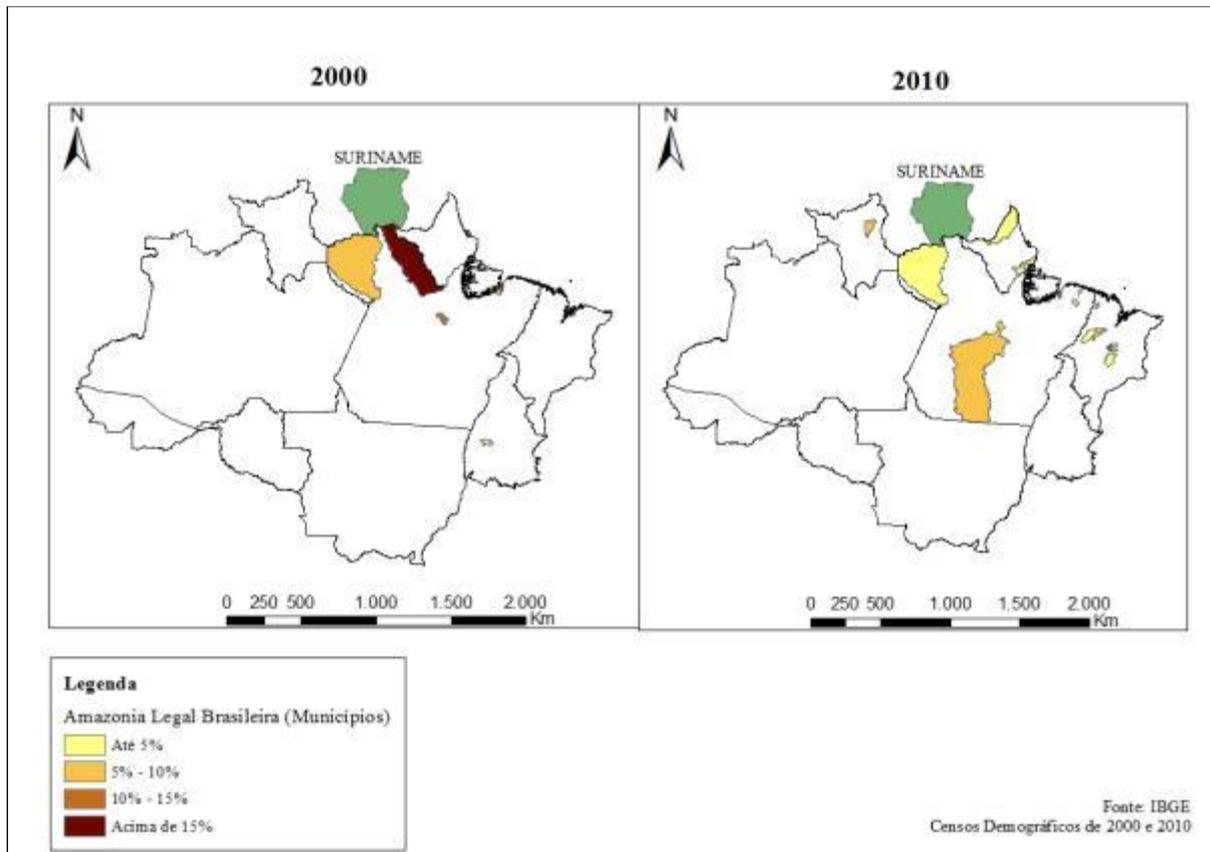
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Um elemento interessante na distribuição dos venezuelanos na Amazônia brasileira é a concentração em um número menor de municípios se comparado os dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 mantendo o padrão de municípios fronteiriços e capitais de unidades de federação brasileira.

SURINAME

Diferente da distribuição dos venezuelanos, a presença de surinameses aumentou para outros municípios, conforme os dados censitários apresentados nos mapas.

Mapa 9 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos no Suriname



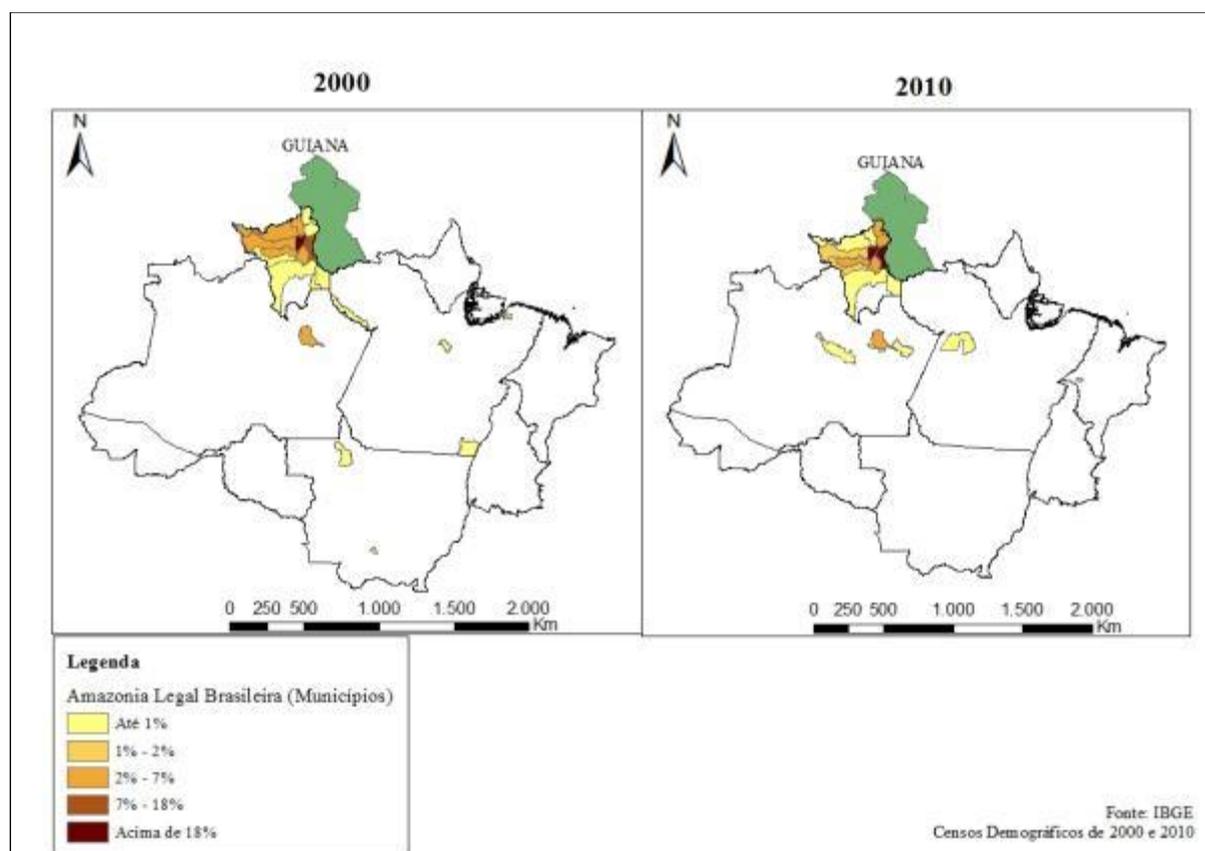
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os imigrantes surinameses (Mapa 9) se concentram, em 2000, nos municípios paraenses de Almerim e Oriximiná, que fazem fronteira com esse país, e isso se modifica em 2010, quando o município de Altamira (PA) também se destaca.

GUIANA

A imigração de guianenses (Mapa 10) se resume praticamente ao estado fronteiriço de Roraima, com destaque para o município de Bonfim, além da capital do Amazonas, refletindo a intensa mobilidade fronteiriça entre Roraima e Guiana (RODRIGUES, 2009; CORBIN, 2009).

Mapa 10 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Guiana



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Um ponto que vale a pena destacar na comparação da distribuição espacial dos guianenses entre 2000 e 2010 é o desaparecimento da capital paraense na distribuição destes e o surgimento de Santarém (PA).

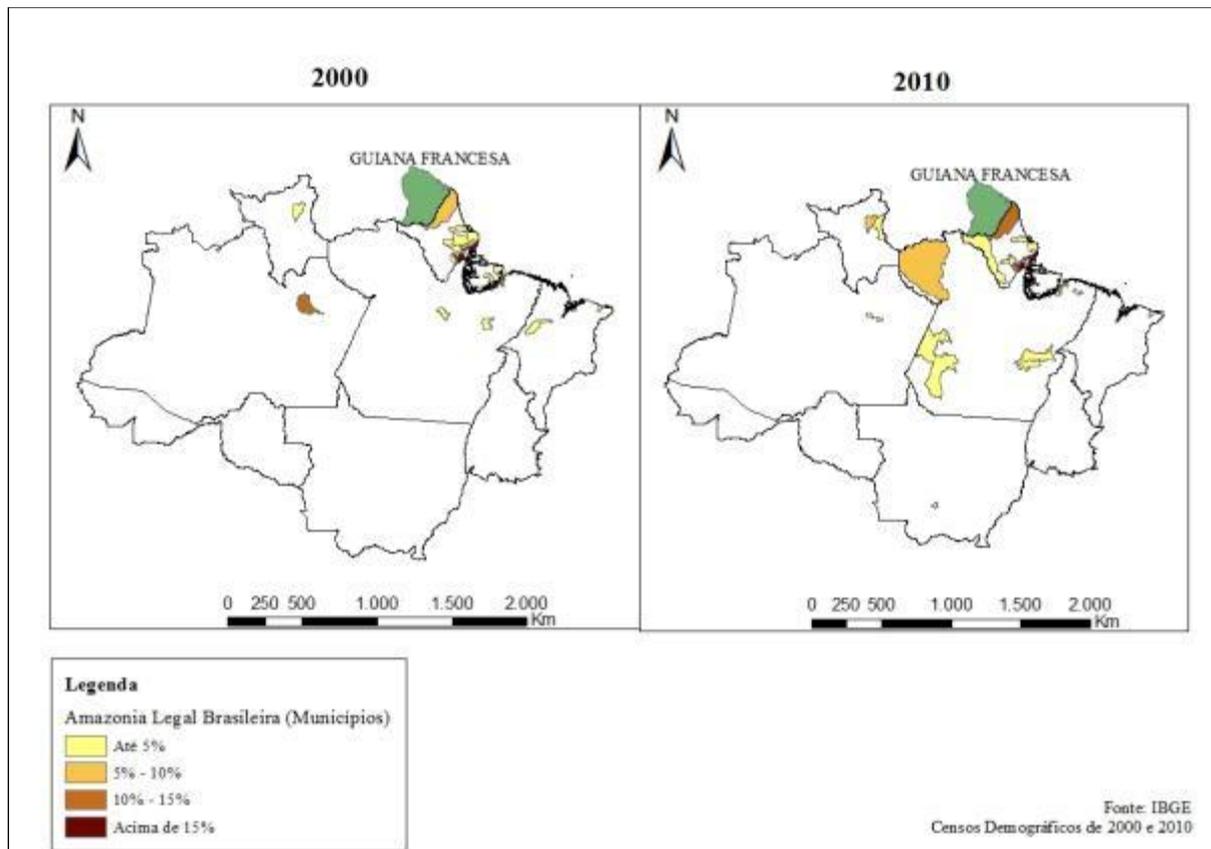
GUIANA FRANCESA

A Guiana Francesa é um departamento ultramarino francês. O estado do Amapá, além de Manaus, representa o principal destino de migrantes desse território.

Alguns estudos revelam uma intensa migração de brasileiros à Guiana Francesa (AROUCK, 2001; PINTO, 2009), mas o fluxo oposto não tem despertado o mesmo interesse.

Conforme os censos demográficos brasileiros de 2000 e 2010, os imigrantes da Guiana Francesa na Amazônia brasileira (Mapa 11) se concentram no estado Amapá.

Mapa 11 - Municípios de residência, na Amazônia brasileira, de migrantes nascidos na Guiana Francesa



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Constata-se, pois, que os migrantes originários dos países amazônicos se distribuem na Amazônia brasileira de forma diferenciada. As razões para essa diferenciação são diversas, mas a literatura aponta como mais importantes, o caráter fronteiro de cada país, as relações econômicas transfronteiriças, especialmente com Bolívia, a guerra e o narcotráfico na Colômbia, a crise econômica e política que passa a Venezuela, a exploração de garimpos nas Guianas, e outras (ARAGON, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças dos padrões de origem dos migrantes estão relacionadas principalmente à proximidade desses países com a região e as transformações socioeconômicas ocorridas no último período inter-censitário em busca de melhores condições de vida na grande maioria dos casos.

A distribuição espacial diferenciada dos migrantes conforme o país amazônico de origem (país de nascimento) está relacionada, principalmente, ao processo histórico de ocupação e urbanização da Amazônia brasileira e

a porosidade da fronteira que representa um desafio de monitoramento a fim de controlar a migração, o narcotráfico, a biopirataria, o contrabando, e o tráfico de seres humanos.

Apesar da migração dos países amazônicos ter se intensificado nos últimos anos, não necessariamente se deve entender a condicionante econômica como única responsável pela migração. O fenômeno migratório não se restringe ao deslocamento de população em massa, mas também de indivíduos com projetos peculiares.

Finalmente, conclui-se que os projetos políticos de desenvolvimento para a Amazônia devem levar em consideração as especificidades dos movimentos migratórios, a fim de que possam realmente corresponder às necessidades da região e gerar desenvolvimento, tanto em relação às suas características demográficas, quanto em relação às suas características ambientais.

Assim, uma análise detalhada da dinâmica populacional da região que considere os aspectos do crescimento demográfico, das correntes migratórias, da urbanização e da inserção e acesso ao mercado de trabalho deve ser realizada e utilizada para subsidiar políticas de desenvolvimento regional, de acordo com a realidade histórica e ambiental da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população?. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005. p. 13-26.

_____. População e meio ambiente na Pan-Amazônia: avanços e desafios de pesquisa. In: ARAGÓN, L. E.. (Org.). **População e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2007. p. 11-24.

_____. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, L. E.. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p.11-38.

ARAGÓN, L.E. (org.); OLIVEIRA, J. A. (org.). **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: FAPEAM, 2009.

AROUCK, R. Brasileiros na Guiana Francesa: um grupo em via de integração? In: CNPD, **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.

BONILLA, M. A. V. Inmigración internacional de países amazônicos: el caso de Bolívia. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p.61-96.

CARMO, R. L; JAKOB, A. A. E. A migração estrangeira recente na Amazônia legal brasileira. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p. 205-222.

CORBIN, H. P. Migração internacional e desenvolvimento: o caso da Guiana. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p.163-184.

LEON, C. G. et al. Migración intenacional em la Amazonía, Ecuador. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009. p. 115-144.

LIRA, J. R. O. **Espacialização da Migração Internacional na Amazônia brasileira**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) –Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

MONTEIRO, L. C. R. Novas territorialidades na fronteira Brasil-Colômbia: deslocamentos populacionais. In: ARAGON, L. E. (org.); OLIVEIRA, J. A. (org.). **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: FAPEAM, 2009. p.313-323.

OLIVEIRA JUNIOR, A de. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, L.E. (org.); OLIVEIRA, J. A. (org.). **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: FAPEAM, 2009.

PINTO, M. J. S. Por uma “sociologia da clandestinidade” no estudo da presença de brasileiros na Guiana Francesa. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009.p.237-254.

RODRIGUES, F. S. Configuração migratória no lugar Guiana: uma análise da migração tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009.p.223-236.

SANDINO, O. Migración internacional en la Amazonía colombiana: aportes Del censo de población 2005. In: ARAGÓN, L. E.(Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009.p.145-162.

SILVA, A. T. Integração e governança na América do Sul: o caso da OTCA. In: ARAGON, L. E. (org.); OLIVEIRA, J. A.

(org.). **Amazônia no cenário sulamericano**. Manaus: FAPEAM, 2009. p. 216-234.

STEINBRENNER, R.A. Centralidade ambiental x visibilidade urbana(ou os novos “fantasmas” da Amazônia). In: ARAGÓN, L.E.; OLIVEIRA, J.A. de (orgs). **Amazônia no cenário Sul-Americano**. Manaus: EDUA, 2009. p.19-40.